

## Plano de texto e multimodalidade como ferramentas para modernização do texto jurídico

Text plan and multimodality as tools for modernizing legal text

Josinaldo Pereira de Paula<sup>1</sup>  
Antonia Karolina Bento Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar como o plano de texto e a multimodalidade podem contribuir em aspectos de modernização do texto jurídico. Para tanto, analisou-se o edital Ceará da cidadania e diversidade cultural (2022), em que esses recursos são utilizados com esse fim. Como referencial teórico que trata sobre a Análise textual dos Discursos (ATD) e o plano de texto adotou-se Adam (2011); Passeggi *et al.* (2010); Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010); Passeggi (2001). Em relação aos autores que tratam questões da multimodalidade, destaca-se, principalmente, os pressupostos dos teóricos Hodge e Kress (1988); Kress e van Leuveen (1996, 2006), Jewitt (2008), além das considerações de estudiosos como Dionísio (2005) e Vieira *et al.* (2007). As análises mostram que há estratégias de modernização do gênero jurídico edital por meio do plano de texto e de aspectos multimodais, com o objetivo de aproximar mais pessoas do processo seletivo, facilitando a leitura e deixando as orientações mais dinâmicas.

**Palavras-chave:** Análise Textual dos Discursos. Plano de texto. Texto Jurídico. Multimodalidade.

**Abstract:** This work aims to analyze how the text plan and multimodality can contribute to aspects of modernizing the legal text. To this end, the Ceará notice of citizenship and cultural diversity (2022) was analyzed, in which these resources are used for this purpose. As a theoretical reference that deals with the Textual Analysis of Discourses (TAD) and the text plan, Adam (2011) was adopted; Passeggi *et al.* (2010); Rodrigues, Passeggi and Silva Neto (2010); Passeggi (2001). In relation to authors who deal with issues of multimodality, the main highlights are the assumptions of theorists Hodge and Kress (1988); Kress and van Leuveen (1996, 2006), Jewitt (2008), in addition to considerations by scholars such as Dionísio (2005) and Vieira *et al.* (2007). The analyzes show that there are strategies for modernizing the legal notice genre through the text plan and multimodal aspects, with the aim of bringing more people closer to the selection process, making reading easier and making the guidelines more dynamic.

**Keywords:** Textual Analysis of Discourses. Text plan. Legal Text. Multimodality.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN, Pau dos Ferros, RN, Brasil. Endereço eletrônico: [prof.josinaldopp@gmail.com](mailto:prof.josinaldopp@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Letras Estrangeiras, Pau dos Ferros, RN, Brasil. E-mail: [karol\\_bento@hotmail.com](mailto:karol_bento@hotmail.com).

## Introdução

As inúmeras formas de linguagens são os fatores principais da interação humana das suas dimensões mais simples às mais complexas, sejam elas verbais ou não verbais que possibilita as práticas sociais. Por muito tempo, a linguagem jurídica foi conhecida como um campo fechado com textos acessíveis a interpretações apenas de pessoas que tivessem formação específica na área do direito. Nesse sentido, as práticas sociais relacionadas ao campo jurídico ficam/ficavam associadas a sujeitos que conseguissem interpretar textos jurídicos para cidadãos leigos nesse letramento. Tem-se o conceito de letramento, aqui, no sentido sistemático ditado pelo campo jurídico e praticado nos seus textos.

O trabalho em questão faz parte do projeto de pesquisa “Letramento digital na formação Inicial e continuada de sujeitos discursivos em uma sociedade digital: abordagem dos desafios na efetivação das práticas discursivas frente ao mundo digital”, desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN), que tem como foco investigar o processo em curso e inovação dos discursos jurídicos com o objetivo de proporcionar mais acessibilidade à sociedade em geral.

Os editais, textos pertencentes ao campo do direito administrativo, publicados em todo território nacional tendem a seguir o rigor de linguagem apreciado pelo campo jurídico. Desse modo, é comum verificarmos o grande número de inscrições não homologadas em concursos e seleções diversas, devido à dificuldade de leitura e compreensão da linguagem expressa nos editais e da própria estruturação desses gêneros textuais pertencentes ao Discurso Jurídicos (DJ)

Alguns estudos que revisam e reconstroem alguns conceitos, apresentam divergências na relação LINGUAGEM x DJ que são apontadas com intuito de compreender melhor suas características e sua função real enquanto prática social. A esfera da atividade humana do DJ teve a sua gênese nos tribunais, a partir da oralidade, esses discursos circulavam no intuito de defender ou acusar algum sujeito, para, assim, chegar a uma conclusão de justo ou injusto. O DJ tomou proporções de notoriedade, uma vez que discurso oral buscava ser eloquente e se aproximar o máximo da linguagem padrão, com o uso de termos técnicos, para convencer o júri e o juiz.

Toda a complexidade dada ao DJ durante a sua prática na oralidade foi transmitida aos textos escritos, diferenciando-os no uso da linguagem usada em outros gêneros que regulam outras práticas discursivas. Nesse sentido, se trata de “uma manifestação da língua em contextos específicos” (Gomes, 2014, p. 37). Ainda sobre esse ponto de vista que também se defende aqui, Cornu (2005, p. 207) coloca que “o discurso jurídico pertence, pois, ao uso da língua, [...] ele é um emprego da língua”. Assim, situa-se o posicionamento acerca desta pesquisa no texto jurídico, engajando-se na discussão e tomando-se o posicionamento que o

DJ não é uma língua especializada, mas apenas uma variação de uso de uma língua natural dentro de um contexto específico.

Ao direcionar o texto jurídico como objeto de análise para esse artigo, entende-se, como Bittar (2001, p. 169), que “o discurso jurídico não é um discurso descontextualizado, mas sim um discurso que se produz no seio da vida social”. Trata-se de textos concretos, contextualizados que precisam ser objetos de pesquisas dos estudos do texto, a fim de compreender melhor os seus aspectos referentes à textualidade.

Em muitos lugares do mundo essa discussão é latente, em alguns países já podemos perceber alguns avanços. Por exemplo, na Suécia essa discussão já está aprofundada e algumas posições já foram tomadas, estabelecidas algumas medidas, com a tentativa de modernização da linguagem jurídica.

Nesse sentido, Strandvik<sup>3</sup> (*online*) informa que “a Procuradoria sueca coloca desta forma: ‘As sentenças devem ser redigidas de forma compreensível para que todos os interessados possam entender seu conteúdo, suas consequências e o raciocínio do tribunal’”<sup>4</sup>. Observa-se a nação sueca avançando sobre o uso da linguagem jurídica, que, a propósito, são posicionamentos que deveriam ser imitados em outros países, pois há uma necessidade de desconstruir o conceito que o DJ precisa ser em uma linguagem extremamente complexa.

As formas de comunicação passaram por mudanças muito rápidas devido às novas tecnologias digitais e o campo jurídico tem recebido, ainda de forma discreta, essas inovações, tanto na sua linguagem, como na sua forma de apresentação. Assim, neste artigo, o objetivo é analisar como a estrutura composicional associada à multimodalidade contribuem para a modernização e simplificação da linguagem no edital Ceará da cidadania e da diversidade, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, disponível no *link* [https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/3988/edital\\_ceara\\_da\\_cidadania\\_e\\_diversidade\\_cultural\\_secult-ce\\_2022\\_.pdf](https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/3988/edital_ceara_da_cidadania_e_diversidade_cultural_secult-ce_2022_.pdf). Para esse fim, segue-se a perspectivas da análise Textual dos Discursos (ATD), especificamente, com o conceito de plano de texto proposto por Adam (2011), e autores que tratam questões de multimodalidade, principalmente, Hodge e Kress (1988); Kress e van Leuven (1996, 2006), Jewitt (2008), além das considerações de estudiosos como Dionísio (2005) e Vieira *et al.* (2007).

Primeiro, analisa-se a forma de apresentação do plano de texto do edital, mostrando como o fato deste recurso existir já pode facilitar a leitura e compreensão do gênero. Para tanto, apresenta-se nas análises as três primeiras páginas do edital das quais são tecidas

---

<sup>3</sup> STRANDVIK, I. La modernización del lenguaje jurídico en Suecia: ¿enseñanzas aplicables a otras tradiciones? In: MONTOLÍO, E. **Hacia la modernización del discurso jurídico**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2014.

<sup>4</sup> Tradução de: El Ministerio Fiscal sueco lo formula así: ‘Las sentencias deben redactarse de una manera comprensible para que todos los interesados puedan entender su contenido, sus consecuencias y los razonamientos del tribunal’.

descrições e interpretações. Todo o edital está repleto de aspectos multimodais, desde a estruturação e organização textual na página, até o uso das cores e fontes. Portanto, como amostra das análises dos aspectos multimodais, descreve-se e interpreta-se a influência desses recursos na leitura e compreensão do edital no todo pelo o leitor.

Além desta introdução que traz a contextualização e descrição dos objetivos propostos, o trabalho está composto por mais cinco capítulos. Nesta sequência, o segundo capítulo aborda os conceitos relacionados à ATD e plano de texto. No terceiro são discutidos pressupostos teóricos sobre multimodalidade. O quarto capítulo trata das características do texto jurídico. Logo após, tem-se o quinto capítulo com as análises. Por fim, na conclusão, retomam-se os objetivos e apresentam-se os resultados e conclusões da pesquisa.

### **Análise textual dos discursos (ATD)**

A ATD, segundo Passeggi *et al.* (2010, p. 262), é um campo teórico-metodológico que articula a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD). De acordo com Adam (2011, p. 23), a gênese da ATD está na LT e com a perspectiva teórico-metodológica na Análise do discurso (AD) que, assim, constitui-se “uma teoria de produção co(n)textual de sentido que deve fundar-se na análise de textos concretos”. Adam (2017, p. 47) deixa claro que “a LT não é a ciência integrativa do discurso e das interações. Definidas como um campo interdisciplinar. [...] A LT é então, um subdomínio da AD e da AC, e seu papel consiste em fornecer uma teoria consistente da textualidade e dos procedimentos de análise dos textos”. A LT é uma teoria da textualidade que fornece à AD e à AC procedimentos de análises necessários para que texto e discurso se correlacionem e se complementem no processo de interação dos sujeitos. Adam (2017, p. 47) é categórico ao mostrar que a LT, AD e AC são teorias distintas, cada uma fornece à outra os procedimentos necessários para desenvolver uma teoria geral que o autor à chama de teoria do conjunto, pois é interdisciplinar e intradisciplinar, para, assim, buscar subsídios com o objetivo de melhor compreensão do texto nas suas múltiplas facetas sociais.

Para fundamentar esse ponto de vista, Adam (2017, p. 47) afirma que “desde que haja *texto*, isto é, o reconhecimento de que um conjunto de enunciados forma todo comunicativo, há o *efeito de genericidade*, quer dizer, a inserção desse conjunto de enunciados em uma categoria de discurso”. Nesse sentido, a complementariedade ocorre na LT com o texto, não apenas com o agendamento dos enunciados, mas nas suas múltiplas práticas discursivas, organizado pelos gêneros discursivos, pois no momento que se tem um texto, conseqüentemente, há um gênero, ligado a uma formação sócio-histórica discursiva. Observa-se a textualidade interagindo com a discursividade, ou seja, a LT encontrando a AD. Ainda de acordo com Adam (2017), estudar o texto de uma forma que possa ir além do conteúdo escrito e também de suas partes constituintes, é observar toda a sua complexidade

nas mais diversas práticas discursivas. O autor bem coloca que são estudos em um sentido maior, ou seja, verificando que a interação nos diversos âmbitos sociais é definitiva para compreender o texto em toda a sua complexidade. Para tanto, uma LT que busque no texto apenas conteúdo linguístico e partes constituintes não é suficiente, mas uma LT aberta à discursividade é o objetivo de Adam (2017) para, assim, alcançar o objetivo de alargar o seu conceito de texto como práticas discursiva e, desse modo, estudar os vários gêneros discursivos que emergem na sociedade contemporânea.

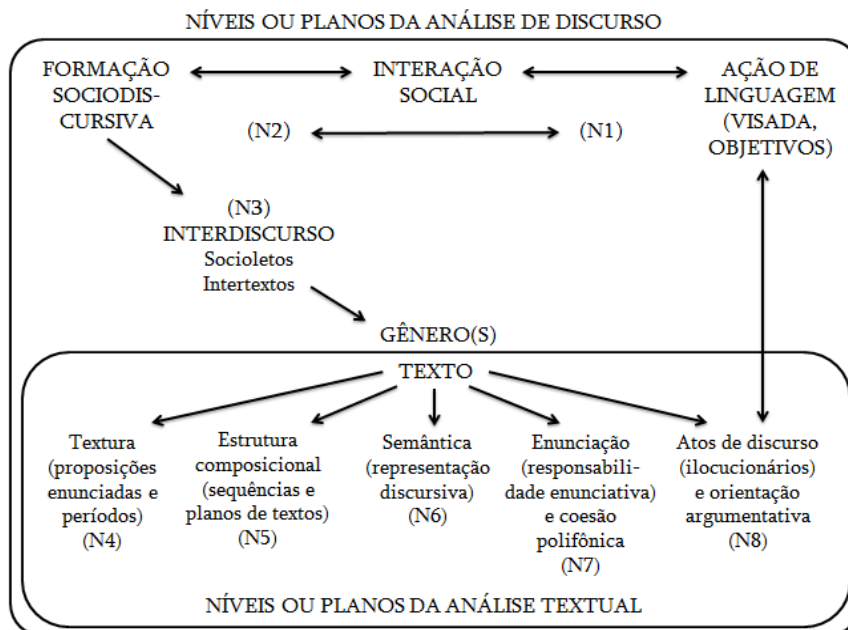
Em suma, Adam (2011, p. 63) define que a ATD tem como objetivo:

[...] teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto [...] concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades com às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.

Na colocação do autor, compreende-se que a ATD, por meio da descrição das unidades e o encadeamento dos enunciados, forma um determinado discurso em um determinado contexto sociocultural, ou seja, é uma cooperação contínua dos aspectos textuais com os discursivos, buscando um objetivo específico na interação entre os sujeitos. Nesta rede de informações, o texto e o discurso se completam, uma vez que não é possível a existência de um sem o outro, ou seja, do texto emana o discurso, esse discurso leva em conta o produtor, a formação discursiva, o lugar e o tempo em que se pronuncia/escreve e se inscreve o discurso, como também os objetivos do locutor, no momento em que o constrói. No mesmo sentido, não há discurso se não estiver inserido em um texto, com todas as escolhas linguísticas feitas por este locutor para, assim, alcançar o objetivo pretendido.

Assim, de acordo com Adam (2022) é por meio da LT que os aspectos discursivos são formados a partir do aparato linguístico, ou seja, o encadeamento das sequências, dos períodos (nível microtextual), de uma pequena unidade a um parágrafo ou a uma parte de texto (nível mesotextual), até o nível maior (nível macrotextual), que está relacionado à progressão temática, bem como à coerência global do texto. Adam (2011, p. 61) apresentou o esquema (Figura 1), em que mostra os níveis de análise de discurso e esta relação entre o texto e o discurso e, assim, propõe as categorias de análise para a ATD.

Figura 1 - Níveis da análise do texto e do discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61).

No esquema 1, é possível visualizar um quadro maior que está relacionado aos planos da análise do discurso e, dentro deste, o que se refere aos níveis ou planos de análises do texto. No processo de construção dos enunciados, o plano do discurso direciona o locutor para os níveis do texto. No processo de interpretação de dados, entende-se que os níveis do texto direcionam o locutor para um nível maior: o discurso. Pode-se observar ainda um jogo de setas com pontas duplas que leva a entender essa ideia circular de relação entre o texto e o discurso. Dessa forma, o autor nomeia os níveis ou planos da análise de discurso.

Desse modo, este trabalho aborda com o nível 5 com a estrutura composicional. No entanto, todos os níveis de análises, tanto do texto, quanto do discurso são interligados e se complementam; por exemplo, nas análises do plano de texto, o produtor do discurso leva para o nível da Orientação argumentativa, que são os usos das proposições-enunciados e aspectos multimodais na intenção de convencer seu interlocutor a se interessar em realizar a inscrição no processo seletivo. Assim, a organização do plano de texto também contribui para objetivos ilocucionários.

### Plano de texto

Todo texto é constituído pelas relações entre a segmentação e as ligações de continuidade. Concorda-se com Silva Neto (2014, p. 42) quando afirma que:

[...] os planos da análise textual estão situados numa dimensão englobante, composta pelos planos da análise do discurso. [...] em termos práticos, os usos da língua, expressos na materialidade do texto (enquanto enunciado), são considerados na perspectiva da enunciação, correspondente à dimensão discursiva em que se dá a linguagem verbal em questão.

Nesta perspectiva, compreende-se que a relação entre a materialidade textual e discursiva são interdependentes na composição do plano de texto, contribuindo na construção da textualidade dos gêneros textuais nos diversos contextos e lugares específicos de circulação. Cabral (2013, p. 244) ainda complementa que:

O plano de texto, ao explicitar a estrutura global do texto, a forma como os parágrafos se organiza, a ordem em que as palavras se apresentam no texto, pode fornecer os elementos necessários à compreensão e à produção, uma vez que, para a percepção/elaboração da estrutura global do texto, o leitor lança mão de seus conhecimentos linguístico e textual.

Percebe-se a estrutura se relacionando com a textualidade na construção de sentidos. A autora ainda salienta que extrair um plano de texto contribui na construção do sentido para o leitor, pois quando se percebe as partes do todo de um texto, é possível estabelecer a sua coerência. Para Adam (2011, p. 283), “compreender um texto é ser capaz de passar da sequência (ler-compreender os enunciados como vindo um após os outros) à figura (configuração inteligível de relações)”. Um leitor não deve se dirigir ao texto apenas para decodificar, mas entender as suas relações com todo o universo discursivo de produção e aplicar os seus conhecimentos enciclopédicos e de mundo para atribuir os sentidos. Assim, o plano de texto se torna fundamental para o leitor compreender a essência do texto, ou seja, a intenção do autor.

Adam (2011) destaca que, é a partir dessa sucessão de enunciados sequenciais formando esta estrutura, que o leitor vai conseguir realizar uma possível interpretação do sentido do texto. Seguindo esse mesmo raciocínio, no sentido de ampliar a conceptualização, Passeggi *et al.* (2010, p. 297) informam que “os planos de texto são responsáveis pela estrutura composicional do texto, sobretudo nos casos em que os encadeamentos de proposições ou períodos não chegam a formar claramente sequências”. Nessa visão, entende-se a que se referem as atribuições dos planos de textos, uma vez que são eles, juntamente com os gêneros discursivos, os responsáveis pela construção e reconstrução dos sentidos entre locutor/produtor e alocutário/leitor em uma interação.

Em Adam (2011, p. 258, grifos do autor), tem-se o conceito de plano de texto convencional e ocasional:

Um plano de texto pode ser **convencional**, isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso. Mas o plano de texto de um editorial, de uma canção ou de um poema, um texto de uma publicidade, de um discurso político, de uma novela ou de um romance é, com frequência, **ocasional**.

Sobre esses conceitos, observa-se que aqueles gêneros com pouca flexibilidade, devido aos contextos não permitirem, são os convencionais. No que se refere aos ocasionais, são aqueles mais flexíveis, uma vez que o seu lugar de circulação permite que eles, até mesmo, se unam com outros gêneros.

### **Semiótica social e multimodalidade**

Os estudos sobre a Multimodalidade vêm ganhando, cada vez mais, a atenção de estudiosos interessados em investigar a função dos diversos modos semióticos na comunicação e nas representações sociais. Neste tópico, baseia-se em alguns destes teóricos e estudiosos para fundamentar os conceitos acerca da multimodalidade e da Gramática do *Design* Visual. Dentre eles, destaca-se, principalmente, os pressupostos dos teóricos Hodge e Kress (1988); Kress e van Leeuwen (1996, 2006); Kress (2010), van Leeuwen (2011); Jewitt (2008), além das considerações de estudiosos como Dionísio (2005); Vieira *et al* (2007); dentre outros.

Os trabalhos sobre Semiótica Social foram fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas sobre Multimodalidade e textos multimodais. Esta área de estudo teve origem na Austrália, por meio da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978), que concebia a linguagem como um recurso utilizado pelos falantes para construir significados e desempenharem atividades em contextos sociais. Desta forma, diferentemente da visão estruturalista de signo de Saussure, na Semiótica Social, os signos são parte do plano sintagmático motivado pela interação e comunicação dentro da sociedade. Kress e van Leeuwen (1996, 2006) enfatizam em sua gramática a produção de sentidos, discutindo as formas, tais como cores, perspectivas, linhas, bem como as formas que são usadas para construir sentidos, na produção de signos.

Dentre os primeiros estudos, nesse contexto teórico, o que mais se destacou foi o desenvolvido por Hodge e Kress (1988). Ambos autores definem semiótica como “o estudo geral da semiose, isto é, dos processos de produção e reprodução, recepção e circulação de significado de todas as formas usadas por todos os tipos de agentes da comunicação” (Hodge; Kress, 1988, p. 261). O estudo seminal realizado por estes autores parte do princípio da existência de outros modos semióticos, além da linguagem verbal, defendendo que, para compreender os processos e as estruturas da linguagem, deve-se considerar a dimensão social em que ela está inserida.

Outro aspecto importante defendido por Hodge e Kress (1988) é o de que nenhum único código pode ser estudado ou compreendido de modo isolado. Em outras palavras, o verbal e o não verbal devem ser compreendidos como um todo significativo, em que cada um cumpre determinadas funções comunicativas nas instâncias sociais na qual estão inseridos.



Assim, a língua, seja ela falada ou escrita, não pode ser entendida senão em conjunto com os outros modos semióticos que compõem determinada mensagem.

Kress e van Leeuwen (1996, 2006) afirmam que, ao elaborar uma mensagem, as pessoas selecionam modos semióticos motivados por interesses específicos, criando representações com base em um determinado contexto social e cultural. Neste sentido, a linguagem é um recurso que constrói significados em contextos mais específicos e imediatos. As pessoas usam esses recursos semióticos para criar sentidos com outras pessoas, na medida em que desenvolvem atividades em sociedade. Quando está em um processo de comunicação, o sujeito-emissor faz uso dos modos semióticos que estão a sua disposição e que melhor lhe convém para atender seus interesses de representação. O sujeito-receptor, por sua vez, também vai fazer uso de diferentes modos semióticos para interpretar a mensagem, tornando-se, assim, um reproduzidor social do discurso, isso relacionado à suas experiências em sociedade.

Como podemos perceber, na Semiótica Social, o signo não é um conjunto pré-existente de um significante e de um significado, pronto para ser reconhecido, escolhido e utilizado como está. O que Kress e van Leeuwen (1996; 2006) focalizam é o processo de produção de signos, no qual a forma e o sentido, ou seja, o significado e o significante são relativamente independentes antes de serem trazidos pelo produtor para se tornarem um novo signo produzido. Assim, a seleção dos signos em qualquer representação é motivada socialmente, estando intrinsecamente relacionada ao poder e aos mecanismos de controle dos grupos dominantes presentes nos atos semióticos. É com o sentido cuja origem está nas relações sociais que se preocupa a Semiótica Social, destacando este fator como constituinte dos processos de produção, reprodução, recepção e distribuição de significados.

De modo geral, quando falamos sobre a Semiótica Social, necessitamos ter em mente, principalmente, que: 1) os sujeitos são historicamente construídos e situados em uma sociedade, com recursos culturais disponíveis para a produção e comunicação de significados; 2) os signos são sempre produzidos pela interação social e motivados de acordo com os interesses dos produtores; 3) todos os signos em todos os modos expressam significados (Kress; van Leeuwen, 1996; 2006).

Fundamentada nesses pressupostos teóricos, a Multimodalidade, diferente do que se pode pensar, não surgiu com Kress e van Leeuwen (1996; 2006) e a sua GDV. O próprio van Leeuwen (2011), em seu panorama sobre o surgimento da multimodalidade, afirma que o termo técnico “multimodalidade” data de 1920 e aparece como um termo relativo ao novo campo da psicologia da percepção, denotando os diferentes efeitos das percepções sensoriais. Assim, podemos entender a multimodalidade como o uso de diversos modos comunicativos, tais como: escrita, imagem, som e música em textos multimodais. Jewitt (2008) confirma essa concepção ao dizer que a multimodalidade atende ao significado por meio de

configurações postas em imagem, gestos, olhar, postura corporal, som, escrita, dentre outros. Portanto, o termo multimodalidade reconhece que essa variedade de modos semióticos pode ser utilizada para construir sentidos.

Com a evolução das tecnologias da comunicação, principalmente a internet e demais mídias (impressas e digitais), novos gêneros multimodais passaram a circular na sociedade, fazendo cada vez mais parte do nosso cotidiano. A linguagem verbal deixou de ocupar um lugar central no contexto atual e passou a dar lugar à linguagem multissemiótica e multimodal. Não que a linguagem verbal tenha sido anulada ou desvalorizada, mas a ocorrência de outros modos semióticos interagindo com ela, vem sendo pertinente em nossas práticas sociais.

De acordo com Bezerra, Nascimento e Heberle (2001, p. 531), “passamos a interagir em uma gama mais ampla de práticas textuais, também somos assediados por novos gêneros textuais e dispomos de recursos tecnológicos que nos permitem optar mais facilmente entre modos de significar”. É nesse contexto que observamos também a crescente inserção de imagens e/ou elementos não verbais nos textos escritos, ou seja, a utilização de diferentes modos semióticos que surgem a partir das interações sociais. Compartilhando com esses pensamentos, Vieira *et al* (2007) afirmam que nas práticas sociais da atualidade existem uma maior predominância de textos multissemióticos. Nestes, acontece a construção de um novo discurso em que o verbal se funde com o não verbal e compõe novos sentidos discursivos.

Dionísio (2005) também acredita que as novas tecnologias reafirmaram e deram mais destaque aos gêneros multimodais, isto é, gêneros que englobam mais de um recurso semiótico em sua constituição e esses modos interagem na construção de significados. Segundo a autora, “quando falamos ou escrevemos um texto, estamos empregando, no mínimo, dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipográficas, palavras e sorrisos, palavras e animações etc.” (DIONÍSIO, 2005, p.161-162). Dessa forma, a multimodalidade está e sempre esteve presente nos textos, verbais ou não verbais, desde muito antes da invenção da escrita, nos primórdios da existência humana, vários modos semióticos já eram utilizados nas representações e na comunicação.

Dionísio (2005, p. 166) argumenta que, para ser multimodal, um gênero não precisa estar atrelado somente a fatores visuais como, por exemplo, às imagens, como muita gente, erroneamente, acredita. A autora afirma que os textos escritos estão caracterizados por um contínuo informativo visual que podem ir “do *menos visualmente informativo* ao *mais visualmente informativo*”. Assim, ocorrendo essa variação de menos ao mais visualmente informativo, um texto já pode ser considerado multimodal. A própria disposição gráfica pode contribuir de forma significativa para a composição de significados e o reconhecimento de um gênero. Portanto, um simples título em negrito, a distribuição em colunas ou tamanhos de

fontes diferentes podem tornar um texto multimodal, pois já integra diversos modos semióticos.

Segundo van Leeuwen (2011), a multimodalidade se preocupa com as semelhanças e diferenças entre os diferentes modos semióticos, destacando a integração entre eles em textos multimodais e eventos comunicativos. Jewitt (2008), assim como Kress (2010), destaca que esses modos semióticos são construídos socialmente e interagem em pé de igualdade para a produção de sentidos, no entanto, cada modo oferece diferentes potenciais e limitações. Esses diferentes potenciais estão relacionados ao conceito de *affordances*<sup>5</sup>, o qual Kress (2010) entende como sendo as potencialidades e limitações aplicadas a todos os modos semióticos. Logo, não há modos com grau de excelência que só apresentem potencialidades e nem muito menos há modos com vazios que só apresentem limitações.

Para Kress (2010), os recursos visuais coexistem com os verbais, não apenas como complemento um do outro, mas também para atribuir novos significados de uma forma integrada, para que se chegue à unidade global do texto. Ou seja, não existe uma competição entre os modos semióticos, mas uma integração entre eles, cada um com suas contribuições para a construção de sentidos. Neste contexto, Kress e van Leeuwen (1996; 2006), ao desenvolverem sua GDV, acreditam que todas as interações são multimodais e afirmam que, assim como a linguagem verbal, as imagens também são carregadas de múltiplos sentidos. Por essa razão, em um texto multimodal, todos os elementos devem ser analisados conjuntamente.

A Gramática do *Design Visual* (GDV), baseada na Gramática Sistêmico-Funcional, explora como imagens e textos multimodais constroem significados através de estruturas semelhantes às linguísticas. A GDV categoriza as metafunções ideacional, interpessoal e textual como representacional, interativa e composicional, respectivamente. A metafunção representacional analisa como imagens representam participantes e suas relações, dividindo-se em Estruturas Narrativas (ações entre participantes com vetores) e Estruturas Conceituais (representações estáticas ou taxonômicas). A metafunção interativa descreve as relações estabelecidas entre os participantes da imagem e o leitor através de sistemas como Contato (direção do olhar), Distância Social (proximidade emocional), Perspectiva (ângulo de visualização) e Modalidade (realidade representada). Por fim, a metafunção composicional organiza visualmente elementos e seus significados através de princípios como Valor de Informação (posicionamento na composição), Saliência (destaque visual) e Estruturação (interligação visual).<sup>6</sup>

Como já dito, para compreender um texto devemos estar atentos a todos os recursos distribuídos em sua composição, pois cada um deles apresentam significados. É importante

---

<sup>5</sup> Não há ainda no português uma única palavra para a tradução desse termo.

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre as categorias e subcategorias da GDV ver: Kress e van Leeuwen (1996; 2006).

lembrar que somente a integração de todos os recursos semióticos que constituem determinado gênero é capaz de determinar os sentidos de sua composição multimodal. Os pressupostos teóricos apresentados até aqui são conceitos fundamentais para a compreensão da análise proposta neste trabalho.

### Plano de texto e aspectos multimodais em edital da secretaria de cultura do Ceará

Para iniciar as descrições e interpretações, apresenta-se o plano de texto presente no edital. Salienta-se que não se trata de verificar o plano de texto do gênero edital, como é de costume nas análises em ATD. O plano de texto faz parte do edital da cidadania e diversidade cultural. Nesse sentido, o primeiro movimento retórico nesse capítulo é mostrar o recorte do texto concreto que mostra o plano de texto do edital.

Partindo para a análise da amostra selecionada, percebe-se, na Figura 2, a primeira inovação e contribuição para modernização da linguagem jurídica, isto é, a preocupação em trazer movimentos retóricos de planos de textos para o início do edital. Esse movimento facilita o leitor se situar em um panorama macro do edital e se dirigir com mais facilidade a qual lugar do texto que ele precisa ir. Além disso, num viés multimodal, podemos observar o destaque saliente e a presença das cores que demarcam e caracterizam cada uma das seções do documento, e que seguem um padrão no sumário e no corpo do texto por completo.

Figura 2 – Página de apresentação do edital

**EDITAL CEARÁ DA CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL**

**Olá!**

Convidamos você a conhecer como funciona o Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural. Encontre aqui as informações necessárias para se inscrever e participar de todo o processo.

Este Edital é uma ação da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará para promover a diversidade de artistas e grupos/coletivos, garantindo direitos, manifestações e bens culturais.

Poderão se inscrever projetos ligados a quatro áreas:

- Cultura LGBTQIA+
- Territórios artísticos e criativos de periferias do Ceará
- Museus comunitários: memória e patrimônio
- Bibliotecas comunitárias e populares do Ceará

O que você vai encontrar nas próximas páginas?

- 1 Principais etapas
- 2 Informações básicas
- 3 Inscrições
- 4 Seleção
- 5 Uso do recurso financeiro
- 6 Acompanhamento do projeto
- 7 Prestações de contas
- 8 Recursos do orçamento e apoio financeiro
- 9 Mais informações e tira-dúvidas
- 10 Lista de anexos

Desejamos **boa sorte!**

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE)

**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

Fonte: Edital Ceará da cidadania e diversidade cultural (2023).

Observa-se, na primeira estrutura composicional presente no edital, que há o que Marcuschi (2000) nomeia como intergenericidade de gêneros, pois, ao que parece, se está diante de um convite ao leitor, no caso artistas ou grupos artísticos a participar da seleção que tem como objetivo promover a diversidade artística e garantir direitos a manifestações de bens culturais. Como discutido no referencial teórico, de acordo com Adam (2011) há dois tipos de planos de textos, o convencional e o ocasional. Nessa intergenericidade de gêneros pode-se observar uma correlação entre um gênero ocasional, o convite, presente dentro de um gênero convencional, o edital em prol de simplificação, leveza, aproximação de um público maior por meio de modernização dos sentidos propostos para o texto jurídico.

Outro fator que reforça essa questão da modernização é a utilização de uma fonte sem convenções tipográficas tradicionais para o gênero edital, que, normalmente, usa a fonte padrão (*Times New Roman*) dos documentos oficiais e das normatizações técnicas brasileiras. A fonte adotada segue um estilo mais atual e informal, ou seja, mais descontraído, amigável, expressivo, provavelmente com o propósito de atrair e aproximar o público preterido, a diversidade de artistas e grupos artísticos, adicionando um toque de criatividade ou mesmo personalidade ao texto.

Do ponto de vista da Semiótica Social, a imagem em forma de “ciranda”, no canto superior esquerdo do documento, também é um recurso multimodal visual que sugere uma representação conceitual simbólica que reforça a ideia de diversidade, inclusão e coletividade, já que se observa a representação de pessoas de cores, sexos e estilos diferentes todas juntas de mãos dadas realizando esse movimento de ciranda, o que traz consigo ainda um processo de ação cujo vetor é formado justamente por esse posicionamento dos braços e pelas mãos dadas, sugerindo o movimento circular. Em outras palavras, o edital busca destacar que o seu objetivo é unir esses grupos distintos e fazê-los trabalhar em conjunto para a promoção da cultura e da cidadania no estado.

Parece algo simples, mas estamos diante de um avanço quando se trata da linguagem jurídica, pois é possível interpretar uma preocupação em facilitar o entendimento do texto em si, pois a própria linguagem utilizada se assemelha a um diálogo descontraído entre o texto e o leitor aproximando-os, por exemplo, o fato de no início do convite presente no edital ocorrer uma saudação “Olá!”, algo incomum nestes gêneros textuais, principalmente, por estar em negrito com o ponto de exclamação que é colocado de forma estratégica para dar expressividade da saudação e incentivar o seu leitor, buscando uma aproximação logo no início de texto e leitor.

Nesse sentido, ao realizar uma análise desta estrutura composicional inicial, verifica-se um convite que pode ser comprovado no seu plano de texto, a partir de elementos linguísticos discursivos que podem ser encontrados no gênero convite, como a saudação

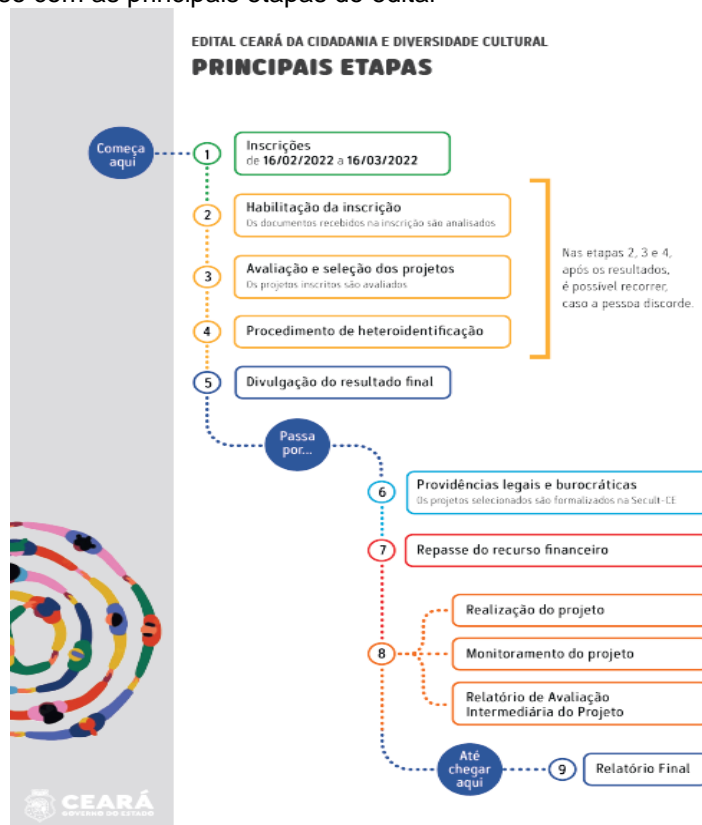
“Olá!”, o verbo “convidamos” e o referente “você”, geralmente encontrado nesses gêneros discursivos do cotidiano. Em seguida, tem-se as principais informações iniciais sobre o edital colocadas em tópicos que facilitam a leitura, ampliando a interpretação para públicos leigos em leituras e interpretações de editais. Um fato a ser verificado é que, nessas informações, o texto é em linguagem simples que dialoga com o público, por exemplo, as proposições enunciadas: “O que você vai encontrar nas próximas páginas?” e “convidamos você”, nas quais essas construções rompem barreiras impostas pela formalidade canônica postas pelos gêneros jurídicos apresentando termos informais como “você” e estruturando um dos enunciado em forma de pergunta, para buscar a curiosidade do leitor em descobrir o que ele encontrará nas próximas páginas. O que vem depois dessa pergunta são os itens de 1 a 9, informando todas as seções do edital, mas não é apenas informativo, uma vez que cada item está posto em forma de *link* que leva o leitor para a seção que ele precisa em apenas um *click*.

Visualmente, percebe-se a presença de recursos multimodais distintos, especialmente de cores, fontes tipográficas e títulos. Nota-se que os textos verbais são padronizados com a mesma fonte, diferenciando-se apenas pelo tamanho, pelo estilo (negrito, maiúsculo ou minúsculo) ou mesmo pela cor. Essa variação das fontes tipográficas é usada para destacar algo mais saliente, como, por exemplo, separar títulos dos demais textos verbais, como visto no título, na saudação “Olá!”, bem como na numeração de cada seção em cores distintas. Nessa perspectiva multimodal, as cores funcionam estabelecendo uma coesão textual, criando unidade e coerência entre os elementos, pois, como já dito, cada seção, no documento por completo, está caracterizada com uma cor específica, o que acaba servindo, também, para diferenciar as seções entre si.

Por fim, nesse plano de texto intertextual de um convite dentro do edital, nota-se o enunciado “Desejamos boa sorte!” que se trata de uma saudação final, que fecha essa iniciativa inovadora para o gênero jurídico administrativo edital.

A segunda parte do edital também é um plano de texto simples, uma forma de sumário de sua estrutura composicional, mostrando as principais etapas do edital, desde o percurso do período de inscrição, resultados finais e acontecimentos posteriores relacionados a repasses de recursos para os selecionados e prestação de contas de investimentos desses recursos, como pode ser visto na Figura 3:

Figura 3 – Percurso com as principais etapas do edital



Fonte: Edital Ceará da cidadania e diversidade cultural (2023).

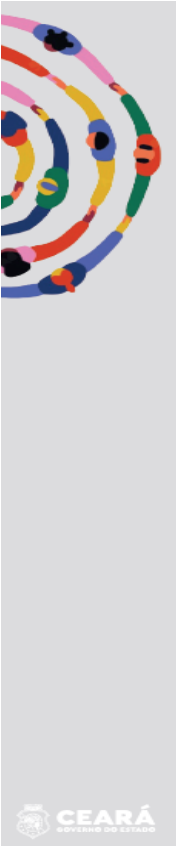
Nota-se que os destaques para esse movimento retórico é que está na forma de um caminho que será seguido pelo candidato, um aspecto multimodal de apresentação que dá dinâmica e leveza ao conteúdo. As etapas são divididas em três, sendo mostradas em balões azuis, que refletem essa leveza e uma linguagem simples com os termos: “Começa aqui”, “Passa por...” e “Até chegar aqui”. No segundo termo, “Passa por...”, são colocadas reticências para intercalar e não repetir o termo “aqui”, retirando qualquer índice que possa prejudicar a dinâmica do texto, trazendo alguma monotonia. Geralmente, os editais fazem esse movimento retórico por meio de um cronograma dentro de uma tabela; a forma apresentada por este edital é inovadora e contribui para um caminho de modernização, no sentido de simplificação, da linguagem jurídica, possibilitando uma melhor interpretação de grupos maiores de pessoas a participarem dos editais.

Pensando na significação que podem transmitir, Heller (2007) faz um estudo sobre as propriedades psicológicas das cores. Para a autora, por exemplo, a cor azul gera um sentido de comunicação, seriedade e lógica. No percurso estabelecido pelo edital, nesta composição multimodal, a cor azul dos balões que subdividem as etapas pode ter sido utilizada com essa intenção, já que é a cor que está demarcando a trajetória a ser percorrida do início ao fim, transmitindo essa ideia de sequência lógica e comunicação entre as diferentes etapas. Outras cores como o amarelo, o laranja e o vermelho, consideradas cores estimulantes e de destaque

(Heller, 2007), são abordadas no documento como uma forma de atrair a atenção do leitor para trajetórias fundamentais desse percurso, como a validação da inscrição, recursos financeiros e consolidação do projeto. Como bem aponta Lanzillo e Pinto (2021) não deve esquecer que as escolhas feitas pelo agente produtor são intencionalmente selecionadas, logo, as cores podem funcionar como marcadores discursivos, demarcando partes do texto.

Para concluir essa primeira proposta de apresentação e interpretação dos aspectos composicionais e multimodais presentes no edital, direciona-se ao plano de texto em forma de sumário presente no edital com todos os capítulos e seções configurados na forma de *link*, possibilitando que o leitor vá ao local desejado do edital apenas com um clique. Na Figura 4, pode-se perceber que essa proposta facilita uma maior dinâmica para o leitor se situar nas partes que precisa se direcionar e tirar todas as dúvidas necessários para cada etapa do edital sem ser prejudicado por falta de leitura e interpretação.

Figura 4 – Sumário do edital



SUMÁRIO	
<b>1</b>	<b>INFORMAÇÕES BÁSICAS ..... 4</b>
	O que é o Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural e quais são seus principais objetivos?..... 4
	Quais áreas fazem parte deste Edital?..... 4
	Quantos projetos a pessoa proponente pode inscrever?..... 4
	Quem pode participar?..... 5
	Quem não pode participar?..... 5
	Qual o período de inscrição?..... 5
	Onde fazer a inscrição?..... 5
<b>2</b>	<b>INSCRIÇÕES..... 6</b>
	O que é preciso informar sobre o projeto cultural?..... 7
	O que é o plano de ação?..... 8
<b>3</b>	<b>SELEÇÃO ..... 9</b>
	Quais são as etapas do processo de seleção?..... 9
	Como funciona o sistema de pontuação?..... 9
	Como acontece a reserva de vagas?..... 10
	É possível discordar da lista preliminar de habilitados, da lista de selecionados e/ou do procedimento de heteroidentificação?..... 11
	O que acontece após a seleção e divulgação do resultado final?..... 12
	Como acontece o pagamento do recurso financeiro?..... 12
<b>4</b>	<b>USO DO RECURSO FINANCEIRO...13</b>
	O que é possível fazer com o recurso financeiro?..... 13
	O que não é possível fazer com o recurso financeiro?..... 13
	É possível alterar o projeto?..... 14
<b>5</b>	<b>ACOMPANHAMENTO DO PROJETO..... 15</b>
	Como o projeto será monitorado e acompanhado pela Secult-CE?..... 15
	Quais compromissos deverão ser assumidos?..... 16
	E se os compromissos não forem cumpridos?..... 16
<b>6</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ..... 17</b>
	O que é e como é feita a prestação de contas?..... 17
<b>7</b>	<b>RECURSOS DO ORÇAMENTO E APOIO FINANCEIRO ..... 19</b>
	Outras informações..... 19
<b>8</b>	<b>MAIS INFORMAÇÕES E TIRA-DÚVIDAS..... 21</b>
<b>9</b>	<b>LISTA DE ANEXOS..... 22</b>

Fonte: Edital Ceará da cidadania e diversidade cultural (2023).

Reforça-se, também, nesta parte do documento, o uso das cores para propósitos de expressão e comunicação, ou seja, como as cores podem expressar sentimentos, comunicar ideias, e promover a interação social (van Leeuwen, 2011). Como dito anteriormente, as cores de cada seção são padronizadas desde a parte de apresentação dos tópicos, e que muitas



delas não foram selecionadas aleatoriamente. Dizendo de outra forma, os significados que as cores podem expressar estão diretamente ligados ao conteúdo das seções do edital, a exemplo da seção 4: “Uso do recurso financeiro”. A numeração da seção aparece em destaque na cor verde, que é uma cor culturalmente associada ao dinheiro, já que muitas das cédulas em papel são impressas nessa cor. Portanto, o leitor, automaticamente, relaciona a cor verde ao propósito da seção que é discutir as questões financeiras do projeto, ou seja, falar sobre dinheiro.

Gomes (2014) salienta que, normalmente, os textos jurídicos são marcados quase sempre pela opacidade e, como visto no referencial, o autor apresenta características técnicas desta opacidade do texto jurídico, em caráter pragmático e enunciativo, morfossintático e léxico-semântico, situado em uma tradição histórica de escrita dos gêneros textuais deste campo da atividade humana. Assim, estamos diante de uma iniciativa de inovação na proposta de construção dos sentidos do texto jurídico, buscando possibilitar, ao máximo, a aproximação de leitores e interpretação clara de cada etapa do processo seletivo.

Como Bittar (2001) coloca que o discurso jurídico não é descontextualizado, pois afeta a vidas das pessoas, ou seja, um edital como este pode ser significativo para possibilitar que grupos de comunidades sociais desenvolvam seus trabalhos, possibilite ganhos financeiros para pessoas que estão nas margens da sociedade e contribuam para a cultura do país. O autor também afirma que o fato de o texto jurídico não utilizar uma linguagem técnica não o descaracteriza como um discurso jurídico. A posição de Bittar (2001) vem ao encontro da linguagem presente no edital Ceará da cidadania e diversidade cultural, pois verifica-se um edital do início ao fim permeado de inovações, como a do plano de texto e recursos multimodais que, de fato, aproximam o leitor e facilitam a inscrição e participação no certame.

Como Strandvik (*online*) defende, uma comunicação da parte de autoridades públicas que seja acessível aos cidadãos é fundamental para o bom funcionamento da democracia e para que os cidadãos queiram participar da vida política e confiem nessas autoridades. É imprescindível a preocupação da autora, pois como se pode confiar em algo que não se compreende, uma vez que por meio da linguagem não acessível há uma imposição de poder sobre os cidadãos. Por outro lado, em uma modernização da linguagem para uma forma mais acessível, fica mais confiável acatar as decisões, já que os cidadãos as compreendem e pela linguagem se sentem incluídos.

## **Conclusão**

As discussões prolas neste trabalho vem ao encontro de uma preocupação fundada no nível de acessibilidade e interoperabilidade do discurso jurídico para com sociedade em geral. Foi possível observar durante o aparato teórico as características cânones postas aos textos jurídicos que reduz, ou seleciona veemente àqueles que irão conseguir entender as

informações postas nas decisões judiciais, principalmente, o grupo seletivo de sujeitos que fizeram uma graduação em direito ou pessoas com um mínimo de proficiência leitora entre outros letramentos gramaticais.

A proposta do edital da Secretaria de Cultura do Ceará é inovadora e desconstrói todo um cânone posto em textos/discursos do direito administrativo. Os resultados mostraram que a proposta de colocar o gênero convite no início do edital propõe uma informalidade e busca aproximar o público da leitura e compreensão do edital. As diversas formas multimodais de cores, imagens e estruturação visual estão salientadas propositadamente e também deixam o edital mais atrativo e descontraído, visando estabelecer um contato dos leitores com elementos que irão facilitar a compreensão das etapas previstas no edital, convidando-os à leitura do documento. Em outras palavras, essa facilidade de uso e leitura atraem o público atual que está inserido em um novo tempo midiático possibilitado pelo rápido avanço das tecnologias digitais.

Concluímos, portanto, que os planos de texto associados aos recursos multimodais analisados contribuíram para trazer esse aspecto inovador e moderno a essa área do texto jurídico, com o objetivo de aproximar o público da proposta do edital e conseguir mais inscrições de pessoas com potencial para desenvolver as atividades pretendidas aos sujeitos selecionados.

O trabalho vem contribuir com as discussões em Análise Textual dos Discursos, principalmente, ao que se refere ao plano de texto como estratégias de modernização do discurso jurídico, como também aborda sua correlação com os estudos da multimodalidade e multiletramentos em função deste fim.

## Referências

ADAM, J.-M. **La linguistique textuelle**. Introduction à l'analyse textuelle des discours. Paris: A. Colin, 2008.

ADAM, J.-M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J.-M. O que é Linguística Textual? Trad. Suzana Leite Cortez. In: SOUSA, E. R.; F. PENHAVEL; E. CINTRA, M. R. (org.). **Linguística Textual interfaces e delimitações**: homenagem a Ingedore Grunfeld Vilaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 23-57.

ADAM, J.-M. **A noção de texto**. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi; revisão técnica da tradução: João Gomes da Silva. Natal: EDUFRN, 2022.

BEZERRA, F. A.; NASCIMENTO, R.; HEBERLE, V. M. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 529-552, 2001.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. **Revista Signo**, v. 42, n. 73, 2013.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramentos. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B; BRITO, K. S. (org.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 159-177.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**. London: Arnold, 1978.

HELLER, E. **A Psicologia das Cores**: como actuam as cores sobre os sentimentos e a razão. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

HODGE, R. I. V.; KRESS, G. R. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.

JEWITT, C. Multimodality and Literacy in School Classroom. **Review of Research in Education**, v. 32, p. 241-267, 2008.

KRESS, G. A social-semiotic theory of multimodality. In: **Multimodality – A social semiotic approach to contemporary communication**. London: Routledge, 2010. p. 54-81.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the Grammar of visual design. London: Routledge, 1996.

KRESS, G. VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the Grammar of visual design. London: Routledge, 2006.

PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, M. Q.; BENTES, A. C. (org.). **Linguística de texto e análise de conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

QUEIROZ, M. E. **As Representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia (Antônio Carlos Magalhães)**. 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2002.

STRANDVIK, I. La modernización del lenguaje jurídico en Suecia: ¿enseñanzas aplicables a otras tradiciones?. In: MONTOLÍO, E. **Hacia la modernización del discurso jurídico**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2014.

SILVA NETO, J. G. da. As sequências textuais de gramática e texto: elementos teórico-metodológicos para a sequência didática. In: RODRIGUES, PASSEGGI e SILVA NETO (org.). **Linguística Textual e Ensino de Língua Portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2014. p. 31-58.

VAN LEEUWEN, T. Multimodality. In: SIMPSON, J. (ed.). **The Routledge Handbook of Applied Linguistics**. London and New York: Routledge, 2011. p. 668-682.

VIEIRA, J. A. *et al.* **Reflexões sobre a língua portuguesa**: uma abordagem multimodal. Petrópolis: Vozes, 2007.

## Sobre os autores

*Josinaldo Pereira de Paula*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4084-0605>

Doutor e mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), graduado em Letras/Português pela mesma instituição. É professor pesquisador da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN), atuando no Departamento de Letras Estrangeiras da UER - Campus de Pau dos Ferros, e professor temporário na Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Norte.

*Antonia Karolina Bento Pereira*

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9450-2228>

Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), graduada em Letras Espanhol e respectivas literaturas pela mesma universidade. Entre 2018-2019 e 2022-2023 atuou como professora substituta do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN/CAPF)

Recebido em março de 2024.

Aprovado em julho de 2024.